

(ANC) *[assinatura]*

Governo prevê retomada dos investimentos

A conclusão dos trabalhos da Constituinte acaba com o período de incertezas

ADAUTO CRUZ

CESAR FONSECA
Da Editoria de Economia

O encerramento dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte trouxe grande alívio para a equipe do Ministério da Fazenda por entender que eles estavam se constituindo em importante fator de incerteza econômica. Eliminada essa incerteza, a previsão do secretário para Assuntos Econômicos, João Batista de Camargo, é a de que haverá nos próximos meses uma retomada dos investimentos. Isso permitirá o aumento da arrecadação, resalta, e, conseqüentemente, representará mais um passo para conter o déficit na casa dos 4 por cento do Produto Interno Bruto, este ano.

Os sinais de que essa retomada — ainda pequena — tende a se consumir e expandir, diz João Batista de Camargo, podem ser medidos pela incremento das importações. A partir da segunda semana de agosto, a Caçex registrou um aumento de 40 por cento nos pedidos de importação que deverão refletir nos resultados da balança comercial de setembro. Trata-se, destacou o secretário, de aumento das importações de bens de capital e de matérias-primas que, certamente, contribuirão para aumentar a demanda do setor industrial.

A análise sobre o comportamento da economia feita por João Batista de Camargo procura mostrar que lentamente e de maneira racionalmente calculada o Governo está imprimindo um ritmo firme à política do "feijão-com-arroz" que começa dar resultados positivos. O ano, diz o secretário, começou com uma série de incertezas que turvavam bastante o horizonte, mas deverá se encerrar com um panorama mais tranquilo e com perspectivas mais otimistas para 1989. 1989.

Duas incertezas logo se destacaram no início de 1988, segundo Camargo: o déficit público e os reflexos negativos acumulados pela moratória. O Governo constatou que tinha pela frente um déficit do setor público de 8 por cento do Produto Interno Bruto. Resolveu, de forma firme, atacá-lo de frente. A meta de reduzi-lo para 4 por cento do PIB não é suficiente para manter equilibrada as contas públicas, mas foi o politicamente possível em face das dificuldades enfrentadas pelo Governo neste momento de transição democrática.

Alguns empecilhos ainda estão por aí a impedir a consecução da meta de 4 por cento do PIB para o déficit, este ano, por exemplo, a decisão da Constituinte de anistiar a dívida dos microempresários e pequenos agricultores contraídas durante o Plano Cruzado. Camargo disse que o Banco do Brasil e os bancos particulares estão fazendo um levantamento completo sobre o assunto.

Inicialmente o Governo previu um prejuízo total de Cz\$ 700 bilhões, englobando bancos privados, bancos oficiais e Tesouro Nacional. Desse total, Cz\$ 300 bilhões, aproximadamente, representam créditos de responsabilidade do Tesouro. Esse sim, poderá, destacou, representar pressão sobre o déficit, enquanto os Cz\$ 400 bilhões divi-

dados entre Banco do Brasil, principalmente, e bancos privados, não significarão déficit porque poderão ser absorvidos nos seus balanços. O Tesouro Nacional não sofrerá maiores impactos porque não desembolsará novos recursos correspondentes ao total da anistia como forma de compensação.

DÍVIDA EXTERNA

Contornada a incerteza do déficit em 1988, Camargo lembra que o Governo cuidou de eliminar uma segunda e séria incerteza: a negociação da dívida externa. Apesar das pressões dos opositores, destaca, foi possível concluir uma negociação satisfatória, porém, não definitiva, mas que abriu possibilidades para novos avanços de forma permanente. A conclusão das negociações com os credores privados, com o Fundo Monetário Internacional e com o Clube de Paris permitiu o retorno do País à comunidade financeira internacional e poderá permitir acesso a novos créditos de diferentes modalidades — em cofinanciamento com o Banco Mundial, lançamento de bônus da dívida, abertura de crédito das agências oficiais dos países desenvolvidos e, possivelmente, novos créditos junto aos bancos privados paralelamente ao prosseguimento da conversão da dívida em investimentos no País.

Mas, superar as duas incertezas — a explosão do déficit público e a negociação da dívida externa — não foi suficiente porque uma terceira incerteza contribuía para deixar a economia em permanente suspense: a elaboração da nova Constituição. Os empresários, diz João Batista de Camargo, estavam inquietos e esperavam uma solução, qualquer que fosse, mas que lhes permitissem traçar os rumos e seguir, independentemente se os termos da nova Constituição favoreceriam ou não os projetos que tinham em mente.

O preço a pagar pelo controle do déficit, no entanto, criou outra fonte preocupante de incerteza, mas que João Batista de Camargo prevê ser temporária: a inflação. Ao reduzir subsídios, cortar gastos e buscar afastar-se progressivamente da economia, o Governo, admite Camargo, contribuiu para aumentar a inflação de forma acelerada ao longo deste ano. Ele lembra, porém, que a explosão inflacionária ocorreu de uma só vez e de forma definitiva. O quadro que se apresenta, agora, diz, é de acomodação e obstáculo maior tentar se equilibrar em face de uma inflação mensal de 21 a 22 por cento ao mês.

Qualquer desvio pode ser fatal, admite Camargo. Os perigos que se apresentam ao Governo, no momento, são as reivindicações salariais dos funcionários das empresas estatais e do Banco do Brasil e a estiagem nos estados do Sul que poderá prejudicar o comportamento dos preços nas próximas semanas. Em relação aos funcionários das estatais e do BB, Camargo destaca que a ordem é segurar as reivindicações e permitir reajustes somente com base na variação do IPC excluída a URV e permitindo de apenas 1 por cento a título de produtividade. E quanto aos pe-

rigos da estiagem é torcer para que São Pedro socorra a tempo tanto os agricultores quanto o Governo. Ou seja, os perigos continuam e a inflação pode subir caso as pressões dos funcionários do BB e das estatais resultem em aumentos reais de salários e os preços dos produtos agrícolas aumentem por causa da estiagem.

O Governo conta, no entanto, com a indexação generalizada da economia para evitar maiores desequilíbrios. Segundo João Batista de Camargo não há dúvida de que tem sido possível manter a economia em equilíbrio mesmo com uma inflação superior a 20 por cento ao mês, graças à indexação que evita perdas salariais expressivas e explosão da inflação rumo à hiperinflação.

João Batista de Camargo acredita que o perigo da hiperinflação está afastado porque o Governo está conseguindo, com muito esforço, conter o déficit público na casa dos 4 por cento do PIB este ano. Mas, as pressões continuam. Preocupa bastante o Governo, ressalta o secretário, o comportamento que adotarão os membros da Comissão do Orçamento do Congresso Nacional que disporão de ampla liberdade para revisar de cabeça para baixo o orçamento que foi enviado ao Parlamento, prevendo a contenção do déficit em 2 por cento do PIB para o próximo ano.

As declarações do presidente da Comissão, deputado Cid Carvalho (PMDB-PA), de que não tem nenhum compromisso com a promessa feita pelo Governo ao Fundo Monetário Internacional de conter o déficit em 2 por cento do PIB, inquietaram a equipe da Fazenda, mas Camargo destaca que qualquer alteração a ser promovida pela comissão no orçamento que implique em aumento de gastos terá que necessariamente vir acompanhada de alternativa em relação ao aumento da receita como forma de compensação.

Para evitar a hiperinflação a saída, segundo Camargo, é continuar cortando o déficit. O preço a ser pago, no entanto, deve ser mais inflação. E é nesse ponto que poderão surgir divergências entre o Governo e a Comissão de Orçamento.

JUROS DE 12%

Camargo preferiu não aprofundar em comentários quanto à previsão dos banqueiros privados de que a efetivação dos juros de 12 por cento levará a economia à hiperinflação. Trata-se, na sua opinião, de outra fonte de incertezas, mas lembrou que prefere esperar pela definição sobre o que realmente é juro real. Ele não descartou a hipótese de que pode acontecer uma retomada dos investimentos — "há gente falando nisso" —, na medida em que os bancos terão que emprestar dinheiro a um custo mais barato, ao mesmo tempo que o Governo terá o custo da dívida interna reduzido já que o custo de rolagem dessa cairá. Teoricamente isso pode acontecer, mas a realidade poderá ser outra, com os bancos burlando a lei por diversos meios que a prática permite. Só a prática dirá o que acontecerá.